

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM DIREITO**  
**MESTRADO E DOUTORADO**

**DIREITO AO PATRIMÔNIO CULTURAL E À PROPRIEDADE  
PRIVADA -Uma análise sobre o direito à propriedade do bem com valor  
cultural frente ao interesse público no Estado Democrático de Direito.**

**FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES**

Tese apresentada à Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco, para concorrer ao Título de Doutor, pelo curso de Pós-Graduação em Direito – Área de concentração: Direito Público.  
RECIFE.  
Ano 2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM DIREITO**  
**MESTRADO DOUTORADO**

**DIREITO AO PATRIMÔNIO CULTURAL E À PROPRIEDADE  
PRIVADA -Uma análise sobre o direito à propriedade do bem com valor  
cultural frente ao interesse público no Estado Democrático de Direito.**

**FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES**

Tese apresentada à Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal  
de Pernambuco, para concorrer ao Título de Doutor, pelo curso de Pós-  
Graduação em Direito.

Área de concentração: Direito Público.

Orientador: Prof. Dr. Martonio Mont'Alverne Barreto Lima

RECIFE

Ano 2003

**Banca Examinadora**

Profa.Dra. Linda Maria de Pontes Gondim

Julgamento: Aprovado Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof.Dr. José Rossini Campos do Couto Corrêa

Julgamento: Aprovado Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof.Dr. Edílson Pereira Nobre Júnior

Julgamento: Aprovado Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Raymundo Juliano do Rego Feitosa

Julgamento: Aprovado Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Francisco Quiroz Bezerra Cavalcanti

Julgamento: Aprovado Assinatura: \_\_\_\_\_

**Patrimônio intangível  
é aquele que não se toca, antes  
nos toca a nós.  
É aquele que se transmite com o  
saber e a experiência de vidas.  
É aquele que nos identifica e  
nos enraíza.  
É aquele que se mantém vivo.**  
Suzana Bicho (Comissão em prol  
da candidatura do Marvão - Portugal a Patrimônio Mundial).

## AGRADECIMENTOS

À CAPES.

À UNIFOR na pessoa do Professor Francisco Otávio de Miranda Bezerra.

Ao Professor Doutor João Maurício Leitão Adeodato pelo apoio à realização do estágio de pesquisa na Universidade de Lisboa – Portugal.

Aos amigos Fernanda e Agenor Martins, Marisa e Eduardo Pugliesi com suas pequenas Camila e Manuela, Milú e Carlos Neves Filho, Maristela Vasconcelos, o melhor de Pernambuco encontrado em Lisboa.

Aos amigos Paulo Torck, Álvaro Reis Filho e Alessandro Nogueira (Beda), pelas agradáveis horas de convivência lisboeta.

Aos colegas do curso de doutorado pelo convívio e aprendizagem.

## **AGRADECIMENTOS ESPECIAIS**

Ao Professor Doutor Martonio Mont'Alverne Barreto Lima, Coordenador do Mestrado em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, pela disposição com que aceitou concluir a orientação deste trabalho.

Ao Professor Doutor José de Oliveira Ascensão, Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal, pela disponibilidade em orientar o estágio de pesquisa para elaboração desta tese.

À Professora Doutora Maria Vital da Rocha por sua orientação inicial, inegavelmente decisiva para elaboração desta tese.

Ao Professor Doutor Paulo Antonio de Menezes Albuquerque, dileto amigo, pelo incentivo, conversas e orientações informais tão importantes para a elaboração deste trabalho.

À Desembargadora Gizela Nunes da Costa pelo convite para exercer a Coordenação Geral da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, fato que contribuiu, essencialmente, para a conclusão dos créditos do doutorado.

Ao Desembargador Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque, pela concessão do afastamento funcional que viabilizou a realização do estágio de pesquisa na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal.

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu amor, Valéria Saldanha, minha cúmplice nesta vida.

Às minhas filhas Beatriz e Bruna, na esperança de que possam, no futuro, usufruir de um patrimônio cultural preservado.

Aos meus pais – Hilnê e Lúcio, minha referência de coragem, dignidade e correção no tocar a vida.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	10
ZUSAMMENFASSUNG.....	12
ABSTRACT.....	14
1.INTRODUÇÃO.....	15
2. Patrimônio Cultural	
2.1- Conceito de patrimônio cultural.....	23
2.1.1 - Patrimônio cultural - abordagem legal.....	25
2.1.2- Definição jurídica da expressão patrimônio.....	31
2.1.3- Elementos integrantes do conceito de patrimônio cultural – bens culturais.....	36
2.1.3.1 - A caracterização geral dos bens aplicada aos bens culturais.....	37
2.1.3.2 - Natureza jurídica dos bens culturais.....	45
2.1.3.3 - Definição de bens culturais.....	50
3. Patrimônio Cultural no Brasil	
3.1- Patrimônio cultural no Brasil – a evolução histórica do conceito de patrimônio cultural.....	58
4. Patrimônio cultural no estrangeiro	
4.2- Patrimônio cultural no estrangeiro.....	77
4.2.1- Em Portugal.....	78
4.2.2- Na França.....	84
4.2.3- Na Espanha.....	96
4.2.4- Na Itália.....	108
5. Patrimônio cultural e a Constituição Federal brasileira	
5.1.1- Disposições constitucionais sobre o patrimônio cultural – considerações terminológicas.....	115



5.1.2- Formas de expressão do patrimônio cultural brasileiro.....	117
5.1.3- Repartição de competências em matéria de patrimônio cultural.....	125
5.1.3.1- Competências da União, dos Estados e Distrito Federal .....	127
5.1.3.2- Competências legislativa dos municípios e proteção do patrimônio cultural.....	129
5.1.4- Patrimônio cultural como direito e garantia fundamental	
5.1.4.1- As dimensões dos direitos fundamentais.....	136
5.1.4.2- Evolução histórica do conceito de direitos fundamentais.....	140
5.1.4.3- Direito ao patrimônio cultural como direito análogo aos direitos e garantias fundamentais.....	148
6. Propriedade Privada	
6.1- Evolução histórica do conceito de propriedade .....	153
6.2- Natureza jurídica do direito de propriedade privada	
6.2.1- Conteúdo da propriedade privada.....	167
6.2.2- Admissão de sacrifícios ao direito de propriedade privada.....	182
7. Função Social da Propriedade	
7.1- Evolução histórica do conceito de função social.....	198
7.2- Natureza jurídica da função social da propriedade.....	213
8. Conclusões.....	215
Anexos.....	230
Referências Bibliográficas.....	262

## RESUMO

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. **Direito ao patrimônio cultural e à propriedade privada – Uma análise sobre o direito de propriedade do bem com valor cultural frente ao interesse público no Estado Democrático de Direito.** 2003. 270p. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco. O presente trabalho constitui tese acadêmica, exigência final, para conclusão do curso de doutorado e a obtenção do título de Doutor em Direito. O estudo trata do conflito entre o direito à propriedade, e o direito ao patrimônio cultural preservado, ambos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal o que, longe de ser apenas uma questão jurídica, expõe aspectos relacionados à origem do Estado brasileiro, sua formação cultural e política. Neste contexto examina-se o conceito elitista de cultura e a ausência de uma política pluralista e refletir-se no comedimento da doutrina e da jurisprudência brasileiras em definir os limites do exercício do direito de propriedade sobre os bens de interesse cultural. Objetiva-se abordar a evolução do conceito de patrimônio cultural no Brasil realizando uma análise dos fatos históricos e sociais que influenciaram na sua construção, especialmente, no que se refere ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e também a evolução do conceito de propriedade privada, adequação do seu conteúdo e à possibilidade de admissão de sacrifícios ao direito à propriedade privada. Constitui preocupação central do estudo a comprovação da possibilidade jurídica, fundada no princípio republicano e democrático que norteia o Estado brasileiro, de submeter a propriedade privada, quando ao exercício de suas prerrogativas, à obrigação de atender a função social como condição de seu reconhecimento pelo Estado, bem como ter o seu exercício vinculado ao

cumprimento dos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana, especialmente quando se tratar do exercício do direito de propriedade sobre bens de interesse cultural.

Palavra-chave: Patrimônio cultural, propriedade privada, bens culturais, valor cultural

## ZUSAMMENFASSUNG

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. **Rechtsanspruch auf Kulturgut und Privateigentum eine Analyse des Eigentumsrechts Kulturell bewerteten Güter demokratischen Rechtsstaat.** 2003. 270p. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco. Die vorliegende Arbeit entspricht den Forderungen, den Akademischen Titels eines Doktor der Rechte zu erlangen. Der Untersuchung geht es um den bestehenden Konflikt zwischen Eigentumsrecht und Recht auf ein unversehentes Kulturgut, welcher, weit über eine versicherte Bestandteile der brasilianischen Verfassung zu sein, zeichnet auch dabei Aspekte, die mit der Ursprung des brasilianischen Staates und seine Kulturelle und politische Bildung zu tun haben. Im diesen Kontext wird auch das elitistische Kulturkonzept sogleich wie das Versäumnis einer pluralistischen Politik zum Lichte gebracht, womit die zurückhaltende Selbstbegrenzung der brasilianischen Doktrin und Jurisprudenz, die Grenze für die Ausübung des Eigentumsrechts geschützter Kulturgüter zu definieren, sich widerspiegelt. Unser Anliegen ist es, die Evolution des Konzepts von Kulturgut in Brasilien zu diskutieren mit Hilfe einer Analyse der historischen und sozialen Fakten, die an ihre Bildung beteiligt gewesen werwn – im besonderen was dem Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) angeht. Dabei wird aber auch die evolution des privaten Eigentumsrechts erwähnt, seine Gehaltsanpassungen und die Restriktionen, die ihm zugeschrieben werden. Es gehört einer der zentralen Ideen dieser Forschung zu beweisen, das es die juristische Möglichkeit bestht – auf Basis der republikanischen und demokartischen Prinzipien, die ihreseits den brasilianischen Staat selbst grüden – dem privaten eigentum die Pflichten der sozialen Funktion als Anerkennungsbedingung deitens des Staates zuzufügen, sogleich wie die Tatsache, dass diese Ausübung an

die Gleichheitsprinzip und Menschenwürde gebunden ist – besonders wenn es um die Ausübung von Eigentumsrecht über kulturelle Erbgüter geht.

## ABSTRACT

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. **Right to cultural patrimony and to private property na inquire of cultural valed good's property law in democrac law-ruled state.**2003. 270p. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco. The work represents a doctoral thesis presented at the Law School of the Federal University of Pernambuco to achivment of a Ph.D degree. The study involves the conflict between the right of property and right to the protection of historical patrimonium, both stated by the Brazilian Federal Constitution of 1988.Far from being just a juridical question, this analyses exposes the tension also existing in the formation of the Brazilian State, in term os culture and politics. In this context, the work discusses the elitist conception of culture and the lack of a heterogenous cultural policy that be able to take influence on the the Brazilian jurisprudence to precise the limits of the right to property faced to “right of historical patrimonium”. The work discusses also the the evolution of the conception of cultural patrimonium in Brazil connecting it to cultural and historical facts that had influence on its frame, specially on the issue related to the role of the National Historical and Artistical Patrimonium Institute (IPHAN). In the same way, considerations about the concept of right to property composes the center of the thesis. Central discussion of the thesis is the juridical possibility – according to the democratic and republican principles that lead the Brazilian Federal Constitution - of rethinking the right of property up to bound it with its social role as a condition to be recognized by the State; and, if the right of property involves the protection of cultural patrimonium,others elements must be considered, such as equality and dignity in human being.